



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000321120

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1017799-05.2019.8.26.0477/50000, da Comarca de Praia Grande, em que é embargante PETROS FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL, é embargada MARIA CECÍLIA DA CONCEIÇÃO (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores DIMAS RUBENS FONSECA (Presidente sem voto), EDUARDO GESSE E FERREIRA DA CRUZ.

São Paulo, 31 de março de 2025.

RODRIGUES TORRES

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Voto nº 4.965

Embargos de Declaração nº 1017799-05.2019.8.26.0477/50000

Relator: RODRIGUES TORRES

Órgão Julgador: 28ª Câmara de Direito Privado

Embargante: Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros

Embargada: Maria Cecília da Conceição

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REVISÃO DE BENEFÍCIO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. PETROS. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. I. Caso em Exame: Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros opôs embargos de declaração contra acórdão que negou provimento ao seu apelo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância. II. Questão em Discussão: A questão em discussão consiste em verificar a existência de omissão e obscuridade no acórdão embargado. III. Razões de Decidir: As alegações da embargante acerca da não apreciação do prévio custeio, na necessidade de aporte pelo participante e do prejuízo do plano de previdência não constituem qualquer fundamento lógico-jurídico apto a ser apreciado em sede de embargos de declaração. Recurso manifestamente protelatório, caracterizando abuso do direito de recorrer e litigância maliciosa. IV. Dispositivo: Embargos de declaração rejeitados. Aplicação de multa por litigância de má-fé, fixada em 2% do valor da causa. Legislação Citada: CPC, art. 1.022, art. 1.026, § 2º. Jurisprudência Citada: EDcl no AgInt nos EDcl nos EAREsp 1507172 RS 2019/0143837-1; TJ-SP - Embargos de Declaração Cível: 1038012-11.2020.8.26.0602.

VISTOS PARA JULGAMENTO

FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS opôs **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** contra o acórdão que, por unanimidade, negou provimento ao recurso de apelação e manteve a sentença recorrida (fls. 505/513), **alegando o seguinte**: o acórdão é omissivo e obscuro porque não apreciou a questão do prévio custeio; qualquer alteração pressupõem o devido aporte do participante para cálculo de valores, sob pena de ocorrer prejuízo do plano de previdência; os tems 955 e 1.021 do STJ devem ser aplicados ao caso concreto; requereu o provimento dos embargos de declaração para que a omissão e obscuridade apontadas sejam sanadas (fls. 1/12).

O acórdão, ora recorrido, foi proferido nos seguintes termos (fls. 505/513):

“DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APELAÇÃO. REVISÃO DE BENEFÍCIO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. PETROS. I. Caso em Exame: Maria Cecília da

Conceição ajuizou ação contra a Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros, buscando a revisão da suplementação de pensão por morte. A autora alegou que a verba não está sendo paga conforme o regulamento, que prevê uma parcela de 50% do que seria pago ao falecido se aposentado por invalidez, acrescida de 10% por dependente. A sentença de primeiro grau julgou procedentes os pedidos da autora. II. Questão em Discussão: A questão em discussão consiste em determinar: (i) se a suplementação de pensão por morte deve ser calculada conforme o regulamento da Petros; (ii) se os Temas 907, 955 e 1.021 do STJ são aplicáveis ao caso. III. Razões de Decidir: A sentença acolheu os pedidos da autora, determinando que a suplementação de pensão por morte deve ser calculada conforme o regulamento da Petros, sem deduzir a pensão do INSS. O Juízo de primeiro grau fundamentou que a verba complementar deve ser constituída com base em percentual do valor da suplementação da aposentadoria, que equivale ao valor que a demandada deveria pagar ao beneficiário do plano, se vivo estivesse. A sentença destacou que a fundação ré agiu de forma irregular ao aplicar o índice cabível diretamente sobre o salário real de benefício, deduzindo depois o valor da pensão adimplida pelo INSS e enfatizou que o correto é abater primeiramente o valor pago pela autarquia previdenciária, o que resulta no importe a que fazia jus o finado, a título de proventos de aposentadoria e sobre esse montante é que incide a porcentagem adequada (50% para a viúva e mais 10% para cada filho, até cinco), correspondendo à suplementação da pensão. Inaplicáveis, na hipótese dos autos, os Temas 907, 955 e 1.021 do STJ porque a lide versa sobre interpretação errônea do regulamento do plano que envolve suplementação de pensão por morte. IV. Dispositivo: Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos, nos termos do artigo 252 do Regulamento Interno deste Tribunal. Ausência injustificada da autora em audiência de tentativa de conciliação que impende aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça, conforme preconiza o artigo 334, § 8º do CPC. Recurso de apelação não provido. Legislação Citada: CF/1988, art. 93, IX; CPC, arts. 85, 252, 334, § 8º, 355, inc. I, 489, § 1º, 1.012. Jurisprudência Citada: TJSP, Apelação Cível 1008188-72.2022.8.26.0590, Rel. Deborah Ciocci, 28ª Câmara de Direito Privado, j. 31/07/2023. TJSP, Apelação Cível 1003158-94.2022.8.26.0157, Rel. Monte Serrat, 30ª Câmara de Direito Privado, j. 16/05/2023. TJSP, Apelação Cível 1039476-59.2022.8.26.0001, Rel. Spencer Almeida Ferreira, 38ª Câmara de Direito Privado, j. 26/03/2024. TJSP, Agravo de Instrumento 2086092-44.2023.8.26.0000, Rel. Sergio Gomes, 18ª Câmara de Direito Privado, j. 24/05/2023.” (Apelação Cível 1017799-05.2019.8.26.0477; Relator: Rodrigues Torres; 28ª Câmara de Direito Privado; j.: 31/01/2025).

O recurso é tempestivo (CPC, art. 1023¹) e, portanto, deve ser conhecido.

Passo a votar.

Os presentes embargos declaratórios não comportam provimento porque não há qualquer erro material, obscuridade, contradição ou omissão passíveis de serem sanados.

¹ CPC, Art. 1.023. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo. § 1º Aplica-se aos embargos de declaração o art. 229. § 2º O juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada.

Nos termos do artigo 1.022 do CPC², os embargos declaratórios são cabíveis quando houver (I) obscuridade a esclarecer ou contradição a eliminar, (II) omissão a suprir com relação a ponto ou questão sobre o qual devia pronunciar-se o juiz de ofício ou a requerimento ou (III) erro material a corrigir.

Há obscuridade quando não há clareza na exposição dos argumentos que embasam a fundamentação. Segundo FREDIE DIDIER JR. e LEONARDO CARNEIRO, “*o obscuro é o antônimo de claro. A decisão obscura é aquela que não ostenta clareza. A decisão que não é clara desatende à exigência constitucional da fundamentação. Quando o juiz ou tribunal não é preciso, não é claro, não fundamenta adequadamente, está a proferir decisão obscura, que merece ser esclarecida*”. Assim, somente há falar em decisão obscura quando surgem questionamentos ou dúvidas com relação à interpretação ou aplicação de seu dispositivo ou mesmo de sua fundamentação.

A contradição é diferente, pois ocorre quando há afirmações, posto que claras, contrárias entre si na sua fundamentação ou quando o dispositivo contraria a fundamentação. Mas, não há falar em contradição entre o que foi decidido e as provas coletadas. Isso não é contradição no sentido que dá ao termo o dispositivo processual em menção. A análise da decisão em relação às provas não é matéria a ser enfrentada no âmbito dos embargos declaratórios, que não admitem revisão da análise ou valoração da prova, mas, apenas, revisão da redação da decisão proferida com relação à sua fundamentação ou dispositivo.

A omissão a ser superada nos embargos declaratórios, por sua vez, de acordo com o disposto no parágrafo único do referido dispositivo processual, ocorre quando a decisão (I) deixa de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento, e, também, quando (II) a decisão estiver falta de fundamentação, ou seja, quando incorrer em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º, a saber: I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso; III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; e VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Finalmente, o erro material que se pode corrigir com a oposição dos embargos declaratórios é aquele se verifica na exposição redacional da decisão, seja na sua fundamentação, seja no seu dispositivo. Não se trata de

² CPC, art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I – esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II – suprir omissão de ponto sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III – corrigir erro material. Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: I – deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; II – incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º.

afirmação ou fundamentação que a parte, contrariada, reputa errada. Não se trata de erro com relação à apreciação ou avaliação da prova segundo a concepção das partes.

Eis, como se vê, as hipóteses legais que o sistema processual admite com o objetivo de aperfeiçoar as decisões e garantir a sua eficácia.

Mas, de acordo com o artigo 1.023 do CPC³, a parte embargante deve, na petição de oposição dos embargos, indicar o erro a ser corrigido ou a obscuridade, a contradição ou omissão a ser superada.

Neste caso, contudo, não tem razão a embargante quando afirma que o acórdão é omissivo e obscuro porque não apreciou a questão do custeio prévio, da necessidade de aporte pelo participante para evitar prejuízo do plano de previdência e da aplicação dos enunciados dos Temas 955 e 1.021 do STJ.

De uma simples leitura da ementa do acórdão embargado é possível compreender, sem qualquer esforço cognitivo qualificado, que, na hipótese dos autos, houve interpretação equivocada do regulamento do plano que envolve suplementação de pensão por morte, descaracterizando a pretensão recursal sob julgamento de legitimar a oposição de embargos de declaração.

Como se vê, a articulação da embargante não tem qualquer fundamento lógico-jurídico apto a ser apreciado em sede de embargos de declaração. Logo, diferentemente do que alega a embargante, não há qualquer omissão a ser suprida e o recurso interposto se mostra dolosamente protelatório, o que configura abuso do direito de recorrer e litigância maliciosa passível de punição, nos termos do artigo 1.026, § 2º do CPC.

Assim, importa salientar que não há qualquer omissão, obscuridade, contradição ou esclarecimento a ser prestado quanto aos fatos descritos nas razões recursais apresentada pela embargante.

De fato, a parte embargante não aponta, especificamente no acórdão embargado, falta de clareza na exposição dos argumentos que embasam a fundamentação ou nos termos do dispositivo; não se refere a qualquer contradição dos argumentos entre si ou do fundamento em relação ao dispositivo; não faz menção a qualquer omissão; não afirma que não se analisou tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; não alega que a decisão está falta de fundamentação, ou seja, que teria ficado limitada à indicação, reprodução ou paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; não alega que houve emprego de conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso; não alega que foram invocados motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; não alega que se deixou de enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada; não alega que a decisão limitou-se a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes

³ CPC, Art. 1.023. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo. §1º Aplica-se aos embargos de declaração o art. 229. §2º O juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada.

nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; não alega que a decisão embargada deixou de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento; e, também, não alega que houve erro material na exposição redacional da decisão, seja na sua fundamentação, seja no seu dispositivo.

Cumpra asseverar que os embargos foram interpostos com nítido caráter infringente, ainda que de forma oblíqua, pois, buscam modificar, na essência, aquilo que ficou decidido, especialmente quanto à correta forma do cálculo da suplementação de previdência privada determinada na sentença de primeiro grau e que foi integralmente mantida nesta instância.

Com efeito, o caráter infringente pretendido somente se admite quando conjugado com alguma das hipóteses previstas no artigo 1.022 do CPC, o que não se verifica no caso.

É preciso reconhecer, pois, que a interposição destes embargos configurou abuso do direito de recorrer e **litigância maliciosa**, o que, nos termos do artigo 1.026, § 2º, do CPC, está a exigir seja infligida a cabível multa.

Aliás, este Tribunal, em caso semelhante, já decidiu nesse sentido (grifei):

“RECURSO - Embargos de declaração – Inexistência de contradição, omissão, obscuridade, equívoco ou erro material. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ – Aplicação à parte embargante a sanção por litigância de má-fé de multa de 9% do valor corrigido da causa, com base no art. 81, caput, do CPC, por proceder de modo temerário e provocação de incidente manifestamente infundado, a teor do art. 80, V e VI, do CPC – A parte embargante incorreu em litigância de má-fé, por proceder de modo temerário e provocação de incidente manifestamente infundado, prevista no art. 80, V e VI, do CPC, buscando promover incidente processual, apenas para tumultuar o feito, com violação aos princípios da boa-fé e lealdade processual, lastreada em matéria desprovida de qualquer razão, em que não se vislumbra a possibilidade de existência de razoável dúvida subjetiva. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS – Aplicação à parte embargante a sanção de multa fixada em 2% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 1.026, §2º, do CPC/2015, porque configurada a hipótese de embargos manifestamente protelatórios, visto que deduzidos com pretensão manifestamente impertinente, descabida e infundada – A intenção deliberada do embargante de praticar a conduta supra especificada ficou caracterizada, no caso dos autos, visto que a parte embargante opôs os presentes embargos de declaração, embasados em pretensão manifestamente impertinente, descabida e infundada, lastreada em matéria desprovida de qualquer razão, em que não se vislumbra a possibilidade de existência de razoável dúvida subjetiva. SANÇÕES - Admissível a cumulação das sanções por litigância de má-fé e por embargos manifestamente protelatórios, visto que possuem natureza jurídica diversa. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação cumulada das sanções de multa por litigância de má-fé e de multa por embargos de declaração protelatórios” (TJ-SP - Embargos de Declaração Cível: 1038012-11.2020.8.26.0602, Sorocaba).

O STJ também já decidiu que a interposição de embargos declaratórios com finalidade protelatória determina a aplicação da multa por litigância de má-fé (grifei):

“PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, ERRO MATERIAL OU OBSCURIDADE. AUSÊNCIA. INTUITO PROTETATÓRIO. APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 1.026, §2º, DO CPC/15. CONDUTA TEMERÁRIA. PROVOCAÇÃO DE INCIDENTE MANIFESTAMENTE INFUNDADO E PROTETATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. 1. Rejeitam-se os embargos de declaração quando ausente qualquer vício a ser sanado no acórdão embargado. 2. Evidenciado o propósito manifestamente protelatório na oposição dos embargos de declaração, é imperativa a aplicação da multa prevista no art. 1.026, §2º, do CPC/15. 3. Reputam-se como litigantes de má-fé aqueles que procedem de modo temerário no processo, modificando o teor das argumentações recursais à medida que restem vencidos. Conduta que revela falta de compromisso com a ética e com a boa-fé esperada de todos aqueles que participam do processo judicial, prejudicando a eficiente prestação jurisdicional por este Superior Tribunal de Justiça. Aplicação da multa prevista no art. 81, caput, do CPC/2015. 4. Embargos de declaração rejeitados, com a aplicação de multa” (EDcl no AgInt nos EDcl nos EAREsp 1507172 RS 2019/0143837-1).

E o STF, da mesma forma, decidiu que o abuso do direito de recorrer, mediante a interposição de embargos declaratórios descabidos e protelatórios, por configurar prática incompatível com o postulado ético-jurídico da lealdade processual, constitui ato de **litigância** maliciosa repellido pelo ordenamento positivo, especialmente nos casos em que a parte interpõe recurso com intuito evidentemente protelatório, hipótese em que se legitima a imposição de multa:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOCORRÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL (CPC, ART. 1.022) - PRETENDIDO REEXAME DA CAUSA - CARÁTER INFRINGENTE - INADMISSIBILIDADE NO CASO - CARÁTER PROCRASTINATÓRIO - ABUSO DO DIREITO DE RECORRER - IMPOSIÇÃO DE MULTA (1% SOBRE O VALOR CORRIGIDO DA CAUSA) - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO SE REVESTEM, ORDINARIAMENTE, DE CARÁTER INFRINGENTE - Não se revelam cabíveis os embargos de declaração quando a parte recorrente - a pretexto de esclarecer uma inexistente situação de obscuridade, omissão, contradição ou erro material (CPC, art. 1.022) - vem a utilizá-los com o objetivo de infringir o julgado e de, assim, viabilizar um indevido reexame da causa. Precedentes. MULTA E EXERCÍCIO ABUSIVO DO DIREITO DE RECORRER - O abuso do direito de recorrer - por qualificar-se como prática incompatível com o postulado ético-jurídico da lealdade processual - constitui ato de litigância maliciosa repellido pelo ordenamento positivo, especialmente nos casos em que a parte interpõe recurso com intuito evidentemente protelatório, hipótese em que se legitima a imposição de multa. A multa a que se refere o art. 1.026, §2º, do CPC possui função inibitória, pois visa a impedir o exercício abusivo do direito de recorrer e a obstar a indevida utilização do processo como instrumento de retardamento da solução jurisdicional do conflito de interesses. (ARE 1188212 AgR-ED, Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Min. Celso De Mello, Segunda Turma, julgado em 04/05/2020, Processo Eletrônico DJe-122 DIVULG 15-05-2020 PUBLIC 18-05-2020)” (AgR-ED ARE 1188212 MA - Maranhão 0021113-12.2014.4.01.3700).

ISSO POSTO, inexistindo, nos termos do artigo 1.022 do CPC, qualquer **erro a ser corrigido ou obscuridade, contradição ou omissão a ser superada no** acórdão embargado, **REJEITO** os embargos declaratórios opostos e, em face da configuração da litigância de má-fé, forte no artigo 1.026, §2º do CPC, aplico à embargante **multa no valor correspondente a 2 % do valor da causa**.

Eis o meu voto.

RODRIGUES TORRES
Relator